

**JOSÉ JULIO CLETO DA SILVA E A *GÍRIA CABOCLA DO SUL DO PARANÁ*
NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL**

**JOSÉ JÚLIO CLETO DA SILVA AND *GÍRIA CABOCLA DO SUL DO PARANÁ*
IN THE HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS OF BRAZIL**

Dener Gabriel Ferrari¹

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Neste texto, realizamos um gesto inicial de análise sobre o vocabulário *Gíria cabocla do sul do Paraná*, produzido no início do século XX por José Júlio Cleto da Silva. Para tanto, reconstituímos a conjuntura ampla e as circunstâncias específicas em que o autor desenvolveu seu trabalho e traçamos algumas considerações analíticas acerca do título, do prefácio e de alguns verbetes do vocabulário. Adotamos a perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas em diálogo com as áreas de Análise de Discurso e de Saber Urbano e Linguagem, perseguindo a tese discursiva desenvolvida por Rodríguez-Alcalá (2011a) de que sujeitos, sentidos e espaços se constituem conjuntamente em um mesmo movimento histórico. Os gestos analíticos aqui empreendidos permitem observar: i) uma tomada de posição (favorável ao Paraná e desfavorável à Santa Catarina) diante da política de produção e legitimação das divisas interestaduais, no próprio título do vocabulário; ii) uma dificuldade na definição da unidade linguística, espacial e temporal da *gíria cabocla*, no prefácio; e iii) um certo processo de tradução da *gíria cabocla* para a língua nacional, na definição sinonímica dos verbetes.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; José Júlio Cleto da Silva; *Gíria cabocla do sul do Paraná*.

Abstract: In this text, we perform an initial gesture of analysis on the vocabulary called “*Gíria cabocla do sul do Paraná*”, produced in the early 20th century by José Júlio Cleto da Silva. To do so, we reconstructed the broad conjuncture and specific circumstances in which the author developed his work, and we made some analytical considerations about the title, preface, and some entries in the vocabulary. We adopted the theoretical perspective of the History of Linguistic Ideas in dialogue with the areas of Discourse Analysis and Urban Knowledge and Language, pursuing the discursive thesis developed by Rodríguez-Alcalá (2011a) that subjects, meanings, and spaces are jointly constituted in the same historical movement. The analytical gestures undertaken here allow us to observe: i) a position (favorable to Paraná and unfavorable to Santa Catarina) in relation to the politics of production and legitimation of interstate borders, in the title of the vocabulary; ii) a difficulty in defining the linguistic, spatial, and temporal unity of “*gíria cabocla*” in the preface; and iii) a certain process of translating “*gíria cabocla*” into the national language, in the synonymous definition of the entries.

Keywords: History of Linguistic Ideas; José Júlio Cleto da Silva; *Gíria cabocla do sul do Paraná*.

Submetido em 06 de julho de 2023.

Aprovado em 04 de setembro de 2023.

¹ Doutorando em Linguística. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo n. 140775/2022-6. E-mail: ferraridenergabriel@gmail.com.

Introdução

O final do século XIX e o início do século XX foram bastante conturbados na área que atualmente corresponde ao Sul e Sudoeste do Paraná e ao Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina. Toda essa região – à época ainda indefinida – foi palco de disputas territoriais, tais como a questão Palmas/Misiones e da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, e de conflitos sociais, que desencadearam a Guerra do Contestado.

Ao mesmo tempo em que levantes sociais se desenvolviam e as fronteiras internacionais e as divisas interestaduais eram demarcadas, houve uma pesquisa histórica e geográfica por parte da elite intelectual paranaense para fornecer argumentos que justificassem a instauração de um domínio paranaense na área em disputa, bem como para a criação de símbolos e tradições estaduais que proporcionassem uma homogeneização social no âmbito estadual.

É dentro de toda essa conjuntura histórico-social que verificamos² a produção do vocabulário regionalista *Gíria cabocla do sul do Paraná* por parte de José Júlio Cleto da Silva. Trata-se de um autor e de uma obra praticamente desconhecidos, especialmente no campo dos estudos da linguagem.

Assim, nosso objetivo neste texto é realizar um gesto inicial de análise sobre esse vocabulário. Buscamos, em certa medida, “reconstituir” as condições de produção em que se desenvolveu o trabalho linguístico do autor, e esboçamos algumas considerações analíticas acerca do título, do prefácio e de alguns verbetes do vocabulário, a partir da perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas em diálogo com a Análise de Discurso.

A exposição estará organizada da seguinte forma: inicialmente, abordamos a conjuntura histórica do final do século XIX e início do século XX no Paraná, destacando alguns fatos que julgamos pertinentes para a compreensão da conjuntura ampla de produção do vocabulário. Na sequência, trazemos à tona algumas considerações acerca do autor, com vistas a compreender as circunstâncias específicas de produção do vocabulário. Após, fazemos uma descrição breve da obra, para analisar seu prefácio e duas regularidades sintáticas que se fazem presentes nos verbetes. Por último, nas

² Optei por escrever este artigo na primeira pessoa do plural, uma vez que ele é fruto de várias discussões coletivas. Agradeço à Carolina Rodríguez-Alcalá, José Horta Nunes e Verli Petri pelas leituras de diferentes versões deste manuscrito e pelas várias contribuições que me deram. Também agradeço às diferentes instituições que permitiram consultas em seus acervos: Arquivo Histórico de Guarapuava, Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória de Curitiba, Departamento de Arquivo do Estado do Paraná, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Museu Paranaense.

considerações finais, salientamos as compreensões analíticas que nos pareceram mais relevantes.

Com este trabalho, esperamos colocar em cena um instrumento linguístico, um autor e uma parte da história do interior paranaense ainda pouco conhecidos.

1. A invenção do Paraná

Em sua dissertação de mestrado, Christiane Marques Szesz (1997) defende a tese de que o Paraná foi inventado a partir de suas fronteiras. A autora nos conta que a província do Paraná foi criada em 1853, a partir do desmembramento da província de São Paulo, sendo fruto de uma medida administrativa. Além disso, ela argumenta que a delimitação das fronteiras não era clara e que parte dos territórios que atualmente corresponde ao oeste de Santa Catarina e ao sudoeste do Paraná não era muito bem conhecida.

A autora salienta que, a partir da segunda metade do século XIX, essa região passou a ser ocupada, de modo que se constituíram grandes fazendas de pecuária e foram fundadas localidades importantes, como Palmas e Porto União da Vitória. Ao lado disso, parte da região era rica em madeira e erva-mate. Tais fatores despertavam o interesse por parte do Paraná, de Santa Catarina e da própria República Argentina. Tratava-se de uma área que interessava particularmente às elites paranaenses que, diante dos conflitos territoriais que se intensificaram entre o final do século XIX e o início do século XX, mobilizaram a História e a Geografia como argumentos para justificar seu domínio sobre a região.

A disputa pelo domínio econômico, jurídico e político dessa região desembocou em dois conflitos territoriais, referidos por Szesz (1997). O primeiro deles foi a questão de Palmas ou Misiones³, em que os governos brasileiro e argentino buscaram delimitar suas fronteiras. Os tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), celebrados entre Portugal e Espanha, haviam determinado que a fronteira entre a região meridional das colônias estava traçada pelos rios Uruguai e Iguazu, e pela faixa intermediária entre o vale dos rios. O tratado de 1777 estabelecia que, nessa faixa intermediária, a fronteira internacional seria delimitada pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas as metrópoles europeias nunca definiram *in loco* quais eram os rios que eram assim nomeados, embora esses estivessem presentes nos mapas. Havia, assim, certa indefinição das fronteiras entre Brasil e Argentina que não foi levantada em um primeiro momento,

³ No âmbito da História das Ideias Linguísticas, esse conflito diplomático é discutido por Lemos (2019), que analisa como o espaço de fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) vai sendo construído discursivamente.

mas que veio à tona em 1857, por iniciativa do governo brasileiro. Em 1881, a Argentina definiu sua interpretação sobre o tratado de 1777 e, segundo essa, o rio que os brasileiros denominavam de Chapecó seria o rio Peperi-Guaçu e o rio chamado de Chopim pelos brasileiros seria o Santo Antônio. Em 1888, a Argentina deu uma nova interpretação ao tratado de Santo Idelfonso e passou a argumentar que o rio chamado pelos brasileiros de Jangada seria o rio Santo Antônio. A disputa foi somente definida em 1895, quando a região contestada passou a pertencer ao Brasil, graças ao arbitramento internacional realizado por Grover Cleveland, então presidente dos Estados Unidos da América (EUA).

Figura 1. Questão Palmas/Misiones.



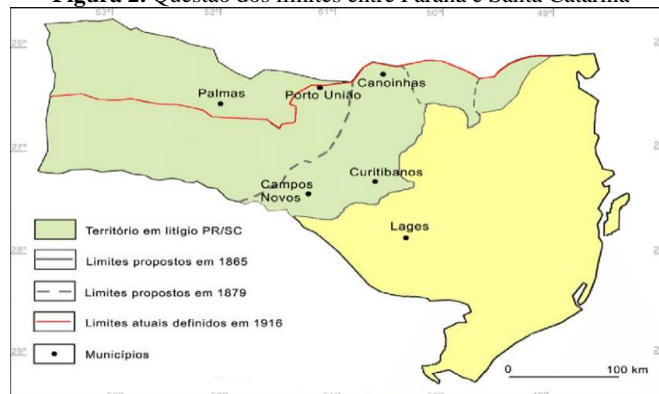
Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-da-Questao-de-Palmas-Fonte-Readaptado-de-BARROS-1980-p-59_fig5_329454328

Pouco tempo após a resolução do primeiro conflito territorial, em 1900, um segundo conflito territorial teve início na região, desta vez entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O estado do Paraná pretendia governar a área entre o rio Iguazu e o rio Uruguai, mas, em 1901, o estado de Santa Catarina ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF)⁴ contra o estado do Paraná, em que reivindicava o território entre os rios Negro e Uruguai, até a fronteira com a Argentina. Do outro lado, os governantes paranaenses afirmavam que o território do Paraná iria até o rio Uruguai, fazendo divisa com o Rio Grande do Sul. Estava em disputa uma área de aproximadamente 48.000 km², em um conflito que ficou conhecido como a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. Santa Catarina obteve três sentenças favoráveis no STF nos anos de 1904, 1909 e 1910, mas o governo paranaense se negava a assumir a derrota. A questão somente foi solucionada em 1919, quando os estados assinaram um acordo mediado por Wenceslau

⁴ Uma versão digitalizada do processo está disponível na página da internet do Tribunal de Justiça do Paraná. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/memoria-e-justica-museu/-/asset_publisher/51Sv/content/guerra-do-contestado/397262. Acesso em 20/09/2022.

Brás, então presidente da República, por meio do qual o território contestado foi dividido ao meio.

Figura 2. Questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-7-Mapa-dos-limites-entre-o-Parana-e-Santa-Catarina-1865-1916-Fonte-Base_fig3_316475770

É no âmbito dessa conjuntura marcada pela indefinição de fronteiras, que Szesz (1997) propõe que “o Paraná foi inventado”. Isto é, de acordo com a autora, era necessário que houvesse um território a ser apropriado e delimitado. E os especialistas do saber ligados às classes dominantes e envolvidos direta ou indiretamente com o jogo político local, tiveram um papel central na elaboração de um discurso regional para o Paraná, tendo como um dos lugares de enunciação privilegiados o Instituto Histórico Geográfico do Paraná (IHGPR)⁵.

Esses intelectuais⁶ buscavam, de acordo com a autora, pensar o Paraná a partir da Geografia e da História, bem como a partir de “postulados de um discurso comprometido com as classes dominantes no Estado” (SZESZ, 1997, p. 126). Em outras palavras,

⁵ Como poderá ser visto mais à frente, a nomeação do instituto foi mudando ao longo do tempo. Inicialmente, entre 1900 e 1947, o nome adotado era *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, depois passou a *Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense* até 1999, ano em que se adotou o nome que mantém até hoje: *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Disponível em: <https://ihgpr.com.br/estatuto.php>. Acesso em: 05/01/2023. Essa variação da nomeação do instituto ao longo da história é particularmente interessante se considerarmos outros nomes de instituições, como é o caso do instituto congêneres cearense: *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Nessas nomeações, tanto “etnográfico” (etno – povo) como “antropológico” (antro – homem) apontam para os sujeitos, enquanto “geográfico” (geo – terra) se relaciona com o espaço. Nos institutos históricos, também se produziu um importante saber sobre a língua, seja por meio da viabilização da produção de dicionários bilíngues e de dicionários de regionalismos (NUNES, 1996), seja por meio da divulgação de um saber linguístico na revista do IHGB, por meio de diferentes formas e em diferentes domínios (GARCIA, 2011), mas, ao menos pelo que sabemos, em nenhum caso essa marcação se fez presente no nome do instituto.

⁶ Sobre os sócios fundadores do IHGPR, Szesz (1997, p. 129) afirma: “A maioria dos seus componentes eram funcionários públicos e desempenhavam funções no aparelho do estado, fossem aqueles que seguiam a carreira de magistratura após estudos jurídicos, ou aqueles, que mesmo sem estudos universitários percorriam uma carreira média na burocracia”.

tratava-se de delinear um perfil regional, em que a Geografia e a História apareciam como argumentos que garantiriam a posse do território ao Paraná. Essa ligação entre o estado e o IHGPR se manifestava inclusive sob forma financeira, já que, como destaca Szesz (1997), o estado fornecia muitas das verbas para a manutenção do Instituto, para a realização das pesquisas e para a publicação dos boletins, ao mesmo tempo em que se servia diretamente dos estudos ali realizados para forjar um discurso regional que legitimava a ocupação de uma determinada porção de terra e uma interpretação específica sobre a delimitação das fronteiras do estado.

Szesz (1997) salienta que a própria fundação do IHGPR, em 1900, esteve diretamente ligada à questão dos limites do Paraná com Santa Catarina, de modo que, nessa conjuntura histórica, se fazia necessária a invenção de uma identidade regional paranaense. De acordo com os próprios fundadores, a finalidade do IHGPR era “resolver a problemática da instituição de uma história do Paraná e da geografia de seu território” (SZESZ, 1997, p. 127). E, ainda de acordo com os fundadores, as tarefas específicas eram “descrever a natureza geográfica do Estado, expor a feição de sua composição populacional, exaltar o nome de seus heróis” (SZESZ, 1997, p. 127-128), além de determinar as divisas do estado do Paraná com Santa Catarina.

No que diz respeito à Geografia, Szesz (1997) destaca que a estratégia adotada pelos intelectuais ligados ao IHGPR foi descrever os limites físicos, a partir dos quais se buscou delimitar as fronteiras e criar uma memória e uma identidade para o Paraná. Nesse sentido, a autora dá ênfase ao trabalho realizado por Romário Martins, que foi o responsável por apresentar uma imagem cartográfica do Paraná⁷, destacando os contornos geográficos das fronteiras do estado. No mapa produzido por Romário Martins, o território paranaense se estenderia até o rio Uruguai, fazendo assim divisa com o Rio Grande do Sul, diferentemente do que defendiam os catarinenses, para quem os limites eram demarcados pelos rios Negro e Iguaçu.

Em relação à História, Szesz (1997) nos conta que alguns intelectuais buscaram elaborar uma memória histórica da formação territorial. Assim, para eles, era necessária a criação de tradições⁸, isto é, de orientações valorativas vindas do passado que ligassem espaço e sociedade. Mais especificamente, a autora detém-se sobre o trabalho de Romário

⁷ Este mapa pode ser observado na coleção de mapas históricos do Paraná, que se encontra no site do Instituto Água e Terra. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 08/01/2023.

⁸ Para uma melhor compreensão do papel das tradições na criação das identidades nacionais, ver Thiesse (1999) e Hobsbawn e Ranger (2008).

Martins e de Ermelino de Leão, historiadores que defenderam a ideia de que as terras em disputa por Paraná e Santa Catarina foram descobertas pelos paulistas, de quem os paranaenses seriam os herdeiros legítimos. Assim, a autora salienta que esses intelectuais faziam frequentes menções nostálgicas a um passado para tentar garantir a posse das áreas disputadas, ao mesmo tempo em que buscavam construir uma memória que servisse para criar laços de coesão na sociedade paranaense.

Ao aproximar essa discussão realizada por Szesz (1997) para o campo da História das Ideias Linguísticas, em relação com as áreas de Análise de Discurso e Saber Urbano e Linguagem, levamos em conta uma compreensão que, para nós, tem uma importância capital.

A compreensão a ser por nós perseguida tem a ver com as discussões propostas por Rodríguez-Alcalá de que a produção da língua é indissociável da produção do espaço, da mesma forma que a produção do saber sobre a língua é indissociável da produção do saber sobre o espaço. Essa discussão parte da tese discursiva – proposta inicialmente por Althusser e depois retomada por Pêcheux e Orlandi – da *evidência do sujeito* como causa de si e da *evidência da linguagem* como um código transparente. A Análise de Discurso postula que o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito por uma ideologia, e que os sentidos são determinados pelas posições ideológicas em jogo, bem como que sentidos e sujeitos se constituem em um mesmo processo histórico. É dentro desse quadro que Rodríguez-Alcalá se propõe a pensar a *evidência do mundo*, não como um espaço neutro, exterior e anterior, mas como um espaço simbólico e postula que os “*sujeitos, sentidos [linguagem] e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre esses termos uma *relação constitutiva*” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 246, grifos da autora).

Essa compreensão discursiva de que sujeitos, sentidos e espaço se constituem em um mesmo processo histórico é extremamente produtiva para pesquisas na área de História das Ideias Linguísticas, uma vez que possibilita pensar a constituição da língua (e do saber sobre a língua) e a constituição do espaço (e do saber sobre o espaço) como processos articulados. Isso pode ser observado em trabalhos já desenvolvidos por Rodríguez-Alcalá (2011b, 2020). Em um trabalho mais antigo (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011b), a autora analisa detalhadamente as relações que se estabelecem entre, de um lado, a história da cidade e, de outro, a história da escrita e a história da gramática, o que a leva a formular a tese de que “os processos de gramatização que se desencadearam a partir da escrita estiveram sempre acompanhados por processos de urbanização, nas mais

diferentes formas que tais processos assumiram ao longo da história” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011b, p. 199). E em um trabalho recente (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2020), ela retoma o que já havia exposto anteriormente e nos apresenta alguns exemplos emblemáticos da história brasileira em que a constituição da língua nacional se faz no mesmo processo de constituição do espaço nacional. É o caso: i) da produção de gramáticas de línguas indígenas pelos jesuítas no início do período de colonização associada a uma política de aldeamento; ii) da gramatização brasileira da língua portuguesa vinculada a um processo significativo de urbanização e em uma conjuntura histórica em que o Brasil se afirmava como Estado independente; e iii) da gramatização da língua Apurinã e de outras línguas indígenas amazônicas, da reedição de gramáticas e dicionários coloniais elaborados nas missões jesuíticas do Paraguai, e da implantação de escolas nas fronteiras com a Argentina, todos esses fatos ligados a um processo de reorganização interna do território nacional e de demarcação das fronteiras internacionais nas regiões norte, oeste e sul.

Em nosso caso, acreditamos que é essencial considerar que o processo de “invenção do Paraná” mencionado por Szesz (1997) refere-se à criação de um discurso oficial sobre o Paraná, em que é possível observar a construção de sentidos sobre o espaço e sobre os sujeitos paranaenses, por meio do IHGPR. De nossa parte, ao considerarmos a tese proposta por Rodríguez-Alcalá de que sujeitos, linguagem e espaço se constituem em um mesmo movimento na história – assim como o saber sobre a língua e o saber sobre o espaço – nos propomos a explorar como o processo de “invenção do Paraná” também envolve um saber linguístico que influencia o saber sobre o espaço e que produz efeitos na definição de fronteiras e na identificação dos sujeitos com essa língua e esse espaço. Assim, interessa-nos compreender as relações entre linguagem, espaço, sujeitos e instituições nessa política mais ampla de construção e legitimação das divisas interestaduais entre Paraná e Santa Catarina.

De modo a ensaiar uma resposta aos questionamentos que levantamos, realizamos a seguir um breve percurso produção intelectual de José Júlio Cleto da Silva.

2. José Júlio Cleto da Silva

José Júlio Cleto da Silva é um sujeito ainda pouco conhecido, especialmente na área dos estudos da linguagem, e os raros trabalhos publicados sobre ele são realizados em campos vizinhos, especialmente a História. Assim, diante dessa ausência, recorreremos ao trabalho de conclusão de curso de Gabriel Goulart Barboza (2017), que tangencia

algumas das questões que nos interessam. Trata-se de um trabalho único que busca compreender o papel desempenhado por José Júlio Cleto da Silva como líder da resistência ao Acordo de Limites.

Barboza nos narra que a família Cleto da Silva buscava estreitar relações que permitissem uma colocação na política paranaense no início do século do século XX. Nesse sentido, o autor relata que José Júlio Cleto da Silva se mudou para o interior do estado em 1896, buscando uma colocação como comerciante. À época, o pai de José Júlio Cleto da Silva – José Cleto da Silva – já se encontrava na região e estava inserido no círculo de poder local, ocupando o cargo de presidente da câmara e tendo fundado um colégio em União da Vitória.

Foi esse caminho pavimentado pelo pai que, segundo Barboza (2017), permitiu a Cleto da Silva se inserir rapidamente no cenário político local. Alguns anos após sua chegada à região, em 1900, ele casou-se com Francisca Pacheco, que era membra de uma família pioneira na colonização dos Campos de Palmas. Nesse mesmo ano, ainda de acordo com Barboza (2017), Cleto também teve atitudes que apontam para uma prática comum de grilagem. Trata-se da tentativa de compra⁹, junto a outros, de uma área de aproximadamente seis mil hectares de terras devolutas, na região então em disputa entre Brasil e Argentina. Nessa tentativa de compra, ele e seus colegas exigiam que fossem demarcados os limites, e que a União declarasse a parte desse território que seria utilizado para defesa da fronteira.

Na visão de Barboza (2017), a fama e o prestígio conquistados pelo pai de Cleto também foram fundamentais para sua eleição como prefeito da então cidade de Bela Vista de Palmas, em 1908. Em seu mandato, Cleto foi o responsável por realizar a mudança do nome da cidade para Clevelândia, em homenagem a Grover Cleveland, presidente dos EUA e árbitro na questão de Palmas/Misiones entre Argentina e Brasil.

No entanto, em 1909, o estado de Santa Catarina obteve uma segunda sentença favorável ao processo que movia no STF contra o Paraná, o que, de acordo com Barboza (2017), deixou os coronéis da região preocupados. Diante disso, Cleto e outras lideranças locais, reunidos em um comício em Palmas, expressaram a ideia da criação de um estado independente na região contestada, o estado das Missões. Nesse momento, Cleto também renunciou ao cargo de prefeito e mudou-se para União da Vitória, buscando defender os interesses paranaenses na questão dos limites. Em 1910, em União da Vitória, Cleto passa

⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/11546>. Acesso em: 30/05/2023.

então a atuar na redação do semanário *Missões*¹⁰ – um jornal criado para defender os interesses paranaenses diante da questão de limites com Santa Catarina –, funda uma livraria com o nome Ferreira Pacheco, assume o cargo de tabelião – que até então era exercido por seu pai – e, mais tarde, em 1915, é eleito para o cargo de deputado estadual, comprometendo-se a trabalhar em prol dos interesses paranaenses na questão de limites.

A questão ganhou um novo capítulo em 1916, quando começaram as tratativas entre Paraná e Santa Catarina para o estabelecimento de um acordo. Barboza (2017) nos conta que os coronéis do sul e sudoeste paranaense não aceitavam uma solução que dividisse ou desincorporasse localidades que estavam sob sua zona de influência. Estes apoiavam um acordo que garantisse a totalidade das terras em litígio ao Paraná e, caso isso não fosse possível, preferiam a criação do Estado das Missões a perder terras e influência política para Santa Catarina.

Contudo, à revelia das vontades da elite local, Paraná e Santa Catarina assinaram um acordo de limites em 1916, no qual ambos os estados faziam concessões. Conforme nos narra Barboza (2017), a zona mais reivindicada pelos coronéis do sul e sudoeste do Paraná acabou sofrendo grandes perdas, de modo que vários municípios disputados passaram para o domínio catarinense e outros foram divididos.

Nesse cenário, Barboza (2017) salienta que Cleto da Silva desempenhou um papel de líder da resistência ao acordo de limites, em duas frentes. Na primeira, ele se servia do semanário *Missões* para divulgar abertamente suas ideias de preferência à criação do Estado das Missões ao invés de um acordo tido como desonroso. No entanto, embora essas ideias tenham surtido um efeito na região contestada e Cleto tenha conseguido alguns adeptos, isso não foi suficiente para barrar a negociação em curso. A segunda frente se deu na atuação parlamentar de Cleto junto à Assembleia Legislativa. Enquanto se davam discussões, Cleto protocolou requerimentos, abaixo-assinados colhidos na região do contestado e chegou até mesmo a apresentar um projeto substitutivo que propunha a criação do estado das Missões. Entretanto, apesar de seu esforço e de seu voto contrário, o acordo acabou sendo aprovado em duas votações, sendo a primeira delas em dezembro de 1916 e a segunda em fevereiro de 1917.

Barboza (2017) destaca ainda que, após a assinatura do acordo, a questão não foi simplesmente suprimida e aceita por todos. Pelo contrário, enquanto o acordo tramitava, os ânimos se acirravam na região: Cleto tentava realizar reuniões políticas, mas sofria

¹⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/888214/1>. Acesso em: 01/06/2023.

repressão por parte do governo estadual, que enviou tropas à região, com vistas a desmanchar movimentos de resistência ao acordo, fossem eles armados ou não. Descontente com a situação, em abril de 1917, Cleto solicitou uma licença do cargo de tabelião e passou a realizar reuniões a fim de organizar um levante armado na região, em prol da criação do estado das Missões. Havia adeptos da ideia nas cidades de Curitiba, União da Vitória, Palmas, Três Barras, Clevelândia, Rio Negro e Timbó. Cleto também contava com o apoio de políticos e líderes locais, de modo que acreditava contar com homens e recursos suficientes para combater as tropas federais e estaduais.

Sobre o levante, Barboza (2017) nos conta que este estava marcado para o dia 30 de julho. Porém, denúncias chegaram ao conhecimento do governo federal, que enviou tropas para a região no dia anterior à data programada. Assim, Cleto e seus homens deixam União da Vitória e vão em direção à estação de trem Nova Galícia, localizada a 28 quilômetros de distância. Eles pretendiam interromper a comunicação ferroviária da região com o Rio Grande do Sul, enquanto esperavam que a população aderisse ao movimento e que mais homens pegassem em armas. No entanto, dos mais de 100 homens que deveriam seguir o movimento, apareceram apenas 22 e, mais tarde, outros 11, sendo que desse total nem todos estavam armados. Com os planos frustrados, nos dias que se seguiram, o grupo marchou para Palmas, cidade que pretendiam atacar, o que acabou não se concretizando. No dia 14 de agosto, o movimento havia fracassado. Os manifestantes debandaram então para Clevelândia e, de lá, alguns atravessaram a fronteira com a Argentina.

Cleto, por sua vez, foi para Guarapuava, onde escreveu o livro *Accordo Paraná-Santa Catharina ou O Contestado diante das carabinas*, em que detalha sua versão sobre o acontecimento. Cleto também foi indiciado na comarca de Palmas e perdeu o cargo de deputado estadual. No entanto, antes mesmo da publicação do livro, ele obteve a anistia e voltou a exercer a função de tabelião de União da Vitória. Depois dos acontecimentos, Cleto continuou com sua vida intelectual, escrevendo sobre outros temas e participando de instituições, sem se envolver em outras polêmicas. Anos mais tarde, em 1937 e 1938, Cleto da Silva foi admitido como sócio correspondente do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) (FERRARINI, 2011) e do IHGPR¹¹, respectivamente. Além disso, consta que ele participava ativamente da Loja Maçônica de União da Vitória entre as décadas de 1930 e 1950 (GOHL, 2003).

¹¹ Conforme registros do livro de sócios do IHGPR.

Por fim, a obra de José Júlio Cleto da Silva passou por um processo de resgate realizado pelo neto do autor, Josaphat Lona Cleto, procurador aposentado e associado do IHGPR.



Fonte: <https://rbj.com.br/conheca-a-historia-do-movimento-que-quase-tornou-palmas-capital-de-um-estado/>

Por meio desse percurso histórico, é possível entender que a posição social de José Júlio Cleto da Silva era a de um burocrata médio do estado (prefeito municipal de Clevelândia, jornalista, tabelião e oficial do Registro de Imóveis, deputado na Assembleia Legislativa do Estado) e que ele esteve envolvido nas relações de coronelismo e nos dois conflitos territoriais que se desenvolveram no Paraná à época de diferentes formas: por meio da compra de terras, por meio da atuação como jornalista no semanário *Missões*, por meio da atuação na Assembleia Legislativa, por meio do levante armado ou mesmo por meio da escrita de trabalhos literários e históricos.

Ao lado desse percurso de pesquisa sobre a vida de José Júlio Cleto da Silva, procuramos elaborar uma lista com as obras de sua autoria a partir de uma pesquisa de arquivo¹²:

- *Accordo Paraná-Santa Catharina ou O Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Globo, 1920.*
- [sob o pseudônimo de Thales Patricio] *Campos e Selvas*. Porto União: Livraria Editora F. Pacheco Cleto, 1924.*
- O centenário de Palmas. *Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”*. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n. 4, 1937.*

¹² O asterisco (*) indica que não tivemos acesso a essas obras e que apenas sabemos de sua existência por meio de outros textos.

- Apontamentos sobre o movimento fanático. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. XXVIII, p. 46-64, 1976.
- Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. XXVIII, p. 65-104, 1976.
- Apontamentos históricos de União da Vitória. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, Curitiba, v. XXX, p. 9-228, 1976.*
- *Pequeno vocabulário indígena*. Curitiba: Museu da Imagem e do Som, 1989.
- *Gíria cabocla do sul do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1990.
- Reminiscências: 20 de maio de 1894. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. L, p. 245-246, 1999.
- Municípios do Paraná em 1937. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. LI, p. 277-303, 2000.
- *Brumas do passado*. Manuscrito inédito.*
- *Festa da bandeira (versos caipiras)*. Manuscrito inédito.*
- *Lenda do pinheiro*. Manuscrito inédito.*
- *Municípios do Estado de Santa Catarina*. Manuscrito inédito.*
- *Pinchando Barro (versos caipiras)*. Manuscrito inédito.*
- *Simbologia maçônica*. Manuscrito inédito.*

Ao olharmos para os títulos das obras, verificamos que o trabalho intelectual de Cleto pode ser associado, em sua maioria, à História, mas também há produções que podem ser vinculadas aos campos da Geografia, da Literatura e da Linguística. Isto é, podemos dizer que há um trabalho intelectual do autor em torno do espaço e da língua. Em relação à publicação das obras, a maioria se deu depois de sua morte, por meio dos boletins editados pelo IHGPR e por intermédio do trabalho de seu neto, Josaphat Lona Cleto. Contudo, é possível observar que algumas publicações se deram em vida, por meio de uma editora da família, da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes e de uma editora particular localizada em Curitiba.

Feito esse movimento geral de apresentação do autor e do conjunto da obra, passemos, então, a olhar mais detidamente para o vocabulário *Gíria cabocla do sul do Paraná*.

3. A *Gíria cabocla do sul do Paraná*

No que tange ao vocabulário *Gíria cabocla do sul do Paraná*, é importante destacar uma nota que se faz presente na folha de rosto do livro. Ali explica-se que esse livro tem alguma relação com um livro de contos intitulado *Campos e selvas*, que foi publicado pelo autor sob o pseudônimo Thales Patrício, em 1924. Entretanto, por não termos acesso ao livro de contos, não conseguimos saber como essa relação se dava

(acreditamos que era uma espécie de vocabulário ao final do livro)¹³. Na nota, explica-se ainda que parte do trabalho foi publicado no jornal *A república*, embora também não tenhamos conseguido encontrar em nossas pesquisas a edição específica do jornal em que se deu a publicação.

Assim, enfatizamos que o vocabulário a partir do qual realizamos as análises mais à frente é uma republicação desses trabalhos ao qual foram acrescentados manuscritos inéditos. Trata-se de uma republicação realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no ano de 1990, que se insere no âmbito do projeto mais amplo de resgate da obra de José Júlio Cleto da Silva empreendido por Josaphat Lona Cleto, neto do autor e historiador ligado ao IHGPR.

Por fim, gostaríamos de destacar um ponto importante na nomeação do vocabulário. Pensamos que esse título, em si mesmo, significa como uma tomada de posição diante da questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Ao nomear o vocabulário como *Gíria cabocla do sul do Paraná*, o uso do adjunto adverbial de lugar marca que o material linguístico que ali está reunido é falado no território que se considera ser o sul do Paraná e não outra região, como o planalto norte de Santa Catarina, por exemplo.

Em outras palavras, o próprio título do vocabulário – aliado às condições de sua produção – nos direciona para uma interpretação de que a produção deste instrumento linguístico está associada, em alguma medida, a uma política de produção e legitimação das fronteiras territoriais (favorável ao Paraná e desfavorável à Santa Catarina), de maneira similar ao que se passa nos exemplos apresentados por Rodríguez-Alcalá (2020) e que retomamos anteriormente.

Tendo apresentado algumas considerações sobre o processo de publicação da obra e algumas observações¹⁴ sobre seu título, passemos à análise do vocabulário, iniciando pelo prefácio.

¹³ Essa hipótese parte de uma referência que consta na bibliografia do *Glossário do Vale do Iguaçu*, de autoria de Francisco Filipak (1976, p. 31): “2) Vocabulário da Gíria Cabocla do livro CAMPOS E SELVAS de Thales Patrício, pseudônimo de José Júlio Cléto da Silva, União da Vitória, PR, 1924”.

¹⁴ Salientamos o uso do adjetivo “cabocla” no título do vocabulário, que significa a variedade linguística falada no espaço e os sujeitos que a falam. Assim, podemos concluir que não são todos os sujeitos da região que se considera ser o “sul do Paraná” que falam o que ali está reunido, mas uma parte específica dos sujeitos, os “caboclos”. Embora Cleto não especifique o que entende por caboclo nem os motivos pelos quais utiliza esse adjetivo, pensamos que uma possibilidade de resposta a essa questão aparece ao olharmos para a crítica ao trabalho de Cleto realizada por Filipak e Sicuro (1976, p. 135, grifos nossos): “Foi o primeiro autor a estudar os falares e a gíria cabocla regional, deixando inédito um rico glossário linguístico digno de maiores estudos. Ninguém como ele, através de sua pena versátil, soube retratar a feição moral, o meio ambiente e os hábitos linguísticos do *nosso primitivo homem iguaçuano*”.

3.1. O prefácio

Os prefácios dizem algo sobre a obra que acompanham. Em nosso entendimento, eles nos dão pistas sobre as condições de produção e de publicação das obras, além de construírem/reproduzirem determinados sentidos sobre a obra e o autor. Em nosso caso, em que olhamos para uma obra lexicográfica publicada em parte em 1924 e que posteriormente foi republicada em 1990, acreditamos que o prefácio que acompanha a obra pode nos dizer algo sobre o autor, sobre a obra e sobre a descrição da língua que ali se realiza.

Esse entendimento não é uma novidade ou exclusividade de nosso trabalho e, por isso, lembramos dois trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da História das Ideias Linguísticas que apontam para a relevância desses materiais.

Em um capítulo da obra *Terra à vista*, Eni Orlandi (2008, p. 120-121) analisa as reedições de relatos de missionários e viajantes europeus ao Brasil, interessando-se pelos aparelhos críticos que acompanhavam essas novas edições e pela maneira como esses aparelhos críticos orientam e até mesmo determinam a leitura e a interpretação desses documentos históricos. Na perspectiva da autora, a inserção de um prefácio e de notas não deixa intactos os sentidos: “Com os prefácios e as notas, os autores visam conter o texto nos limites, ou melhor, procuram não deixar que ele signifique além de certos limites, e apagar as transformações de sentido trazidas pelo fato de que, na sua materialidade, eles são objetos integralmente históricos (e lingüísticos)”.

Verli Petri (2007) também discute o funcionamento do prefácio, ao comparar um dicionário de regionalismos e um dicionário geral de língua, ambos produzidos na década de 1980. Em seu texto, a autora afirma que, apesar de apresentar formas bastante diversas (a depender de quem produz o prefácio e dos objetivos do texto), o prefácio tem um funcionamento específico: ele precede o texto principal e funciona como um lugar para enaltecer a obra que se segue, o que é próprio do espaço mercadológico.

Na sequência, analisamos o prefácio da *Gíria cabocla do sul do Paraná*, buscando compreender como se constroem discursivamente os sentidos em torno da língua, do espaço e dos sujeitos. Destacamos que se trata de um prefácio escrito por Antonio Lustosa

de Oliveira¹⁵, que se declara amigo de José Júlio Cleto da Silva. Para observarmos esse processo, selecionamos o seguinte recorte:

Como expressão desses tão louváveis sentimentos, Josaphat Lona Cleto, neto do grande paranaense aqui evocado, reuniu numerosas anotações de seu ilustre avô, deu-lhes forma e harmoniosa disposição e manda imprimir aquilo que, em seu conjunto, significa uma preciosa coletânea da gíria usual entre os antigos habitantes do sul e sudoeste paranaense. Digo mais ainda – são preciosas relíquias do singelo porém tão expressivo e tão autêntico linguajar dos nossos antepassados.

[...]

Como é útil e importante conhecer as velhas formas de expressão do antigo português, ainda hoje, aqui e acolá, vivas e atuantes.

Como é confortador constatar essa tão grata evidência exatamente quando as gerações mais moças com tanto empenho dedicam-se ao estudo de línguas estrangeiras e não só ignoram como, principalmente, impiedosamente mutilam a de seus antepassados.

Tais locuções, familiares e populares, eram e continuam vigentes na região meridional do nosso estado.

Muitas delas são peculiares, com variadas conotações, a toda região meridional do território nacional.

E, se tais expressões, não raro inteligentes e pitorescas, forem analisadas com prudência e um salutar critério, revelarão a presença de vocábulos arcaicos, de significado diverso e muito amplo, ainda circulando tanto no recesso dos antigos povoados e vilas, como no relacionamento cotidiano dos lendários tropeiros e agregados, presentes nas mais antigas fazendas da pecuária paranaense.

Se nos lembrarmos que conhecer e falar bem a língua de nossa terra, as expressões tradicionais de nossos antepassados, constituem relevante característica de um cidadão bem educado, aqui, neste precioso volume, está preservado um material, o linguajar de nosso antepassados, realmente digno de ser estudado e difundido, para a satisfação de nossos linguistas, lexicógrafos e, em geral, dos mestres que têm por sagrada missão a educação das gerações que lhe são confiadas (OLIVEIRA, 1990, p. 04-05).

Já de saída cumpre-nos salientar que, neste gesto de apresentação do vocabulário, Antonio Lustosa de Oliveira trata da língua que ali é descrita e também de outras coisas que com ela se articulam, notadamente o tempo-espaço em que essa língua circula e os sujeitos que a falam. Ao lado disso, destacamos que há uma tentativa de decifrar o funcionamento concreto da língua, a partir da descrição desses diferentes aspectos, embora estes deslizem em alguns momentos. Vejamos como isso se dá.

No recorte, a língua é construída discursivamente a partir das seguintes referências: “gíria usual entre os antigos habitantes do sul e sudoeste paranaense”, “singelo porém tão expressivo e tão autêntico linguajar dos nossos antepassados”, “velhas

¹⁵ Pelas informações que dispomos, Antonio Lustosa de Oliveira foi jornalista, agropecuarista e político brasileiro. Como político, ocupou os cargos de prefeito de Guarapuava (1944), deputado estadual (1947) e deputado federal (1958).

formas do antigo português”, “a [língua] de seus antepassados”, “tais locuções, familiares e populares, eram e continuam vigentes na região meridional de nosso estado”, “tais expressões”, “vocábulo arcaicos”, “a língua de nossa terra”, “as expressões de nossos antepassados” e “o linguajar de nossos antepassados”. Assim, observamos que nas próprias referências que se fazem à língua, aparecem referências ao espaço-tempo e aos sujeitos que a falam. Isso acontece a nosso ver por conta de uma necessidade prática da descrição, uma vez que as línguas existem materialmente, isto é, são faladas por sujeitos e em um espaço-tempo determinado. Porém, não se trata apenas de uma simples descrição da língua, a especificação dos sujeitos e do espaço-tempo traz consigo alguns efeitos de sentidos como pretendemos mostrar.

O tempo dessa língua é primordialmente o passado, como pode ser observado por meio da presença de palavras e expressões, como é o caso de “antepassados”, “velhas formas”, “antigo português”, “vocábulo arcaicos”, além da utilização de verbos no pretérito imperfeito, como “eram”. No caso do espaço, este é delimitado como o “sul e sudoeste paranaense” e como a “região meridional do nosso estado”.

Sobre os sujeitos que falam essa língua, esses são caracterizados como pessoas do passado moradoras do interior, como se marca em “antigos habitantes do sul e sudoeste paranaense”, “relacionamento cotidiano dos lendários tropeiros e agregados” ou mesmo “antepassados” e “familiares e populares”.

A menção aos sujeitos e ao espaço-tempo que se faz presente no texto do prefácio que aqui analisamos é central em argumentações do direito ao território¹⁶, e isso não foi diferente no caso da questão de limites. À época do processo no STF, o estado do Paraná se utilizou do argumento *uti possidetis*, isto é, que os paranaenses foram os primeiros a chegar e a estabelecer um domínio nesse espaço. Aliás, a ligação dos ancestrais a um território e a uma língua é uma questão própria da ideologia dos estados nacionais, que é frequentemente mobilizada como uma tentativa de legitimar a ocupação e a delimitação de um território. No caso em análise, são os antepassados, que falavam essa língua específica, nessa região. É isso que justifica que a região seja delimitada como o Sul e Sudoeste paranaense, e não como o Oeste e Planalto Norte catarinense.

E se os “nossos antepassados” que garantiram que parte desse espaço em disputa fosse demarcado como parte do Paraná falavam essa (variedade de) língua, essa

¹⁶ Para um melhor entendimento do funcionamento das argumentações em políticas de direito à língua e consenso etnocultural, remetemos à Rodríguez-Alcalá (2010).

(variedade de) língua, depois de um tempo decorrido desde a questão dos limites, passa a significar como uma tradição que merece ser preservada justamente pela ligação com o espaço disputado e com os “nossos antepassados”. E aqui cabe perguntar: antepassados de quem?

O prefácio não responde a essas questões. Ele apenas trata da preservação do “linguajar dos nossos antepassados”, como se todos os paranaenses fossem descendentes dos tropeiros, dos moradores dos antigos povoados e vilas ou das antigas fazendas da pecuária paranaense. Há uma tentativa de fixar imaginariamente os sujeitos, o espaço e a (variedade de) língua.

No entanto, se em uma rápida leitura identificamos uma língua que imaginariamente se caracterizaria por ser falada no passado, nas regiões sul e sudoeste do Paraná, por sujeitos ligados à pecuária, nem tudo se passa tão bem assim. Há problemas que aparecem lateralmente no prefácio que apontam para a língua que está sempre em movimento e recusa categorizações: a língua fluida.

Nesse sentido, vale retomar a distinção entre língua imaginária e língua fluida estabelecida por Orlandi (2009). Do lado da língua imaginária, temos a língua normatizada, presa em regras, fórmulas e esquemas que são artefatos produzidos pelos estudiosos da linguagem ao longo da história e que permitem ter um imaginário de língua. Do lado da língua fluida, temos a língua que não aceita limites, recusa sistematizações, em suma, uma língua sempre em movimento. Essa mesma distinção é válida para pensar o espaço-tempo. O que há no mundo é um espaço-tempo fluido, *continuum*, mas a partir do Renascimento e das tecnologias que possuíam, “os europeus vão segmentar e categorizar o espaço e o tempo *fluidos* do planeta (estabelecer os pontos cardeais, a divisão dos hemisférios, a contagem do tempo...), produzindo o que chamamos de *espaço-tempo imaginário, cartográfico*” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 77, grifos da autora).

Essa distinção nos permite compreender melhor as referências feitas no corpo do prefácio. Uma obra linguística tem a necessidade de descrever a unidade de uma língua (ou de uma variedade linguística), mas, paradoxalmente, essa tentativa de delimitar a unidade defronta-se com problemas.

Ao tentar delimitar o tempo da *Gíria cabocla do sul do Paraná*, aponta-se que algo dela também é falado no presente, como pode ser observado em: “velhas formas de expressão do antigo português, *ainda hoje, aqui e acolá, vivas e atuantes*”, “Tais locuções, familiares e populares, eram e *continuum vigentes na região meridional do*

nosso estado” e “a presença de vocábulos arcaicos [...] *ainda circulando no recesso de antigos povoados e vilas*”.

Com relação ao espaço, este por vezes é ampliado. Em certos momentos fica posto que parte da *Gíria cabocla do sul do Paraná* é ampla e comum a toda a região sul do Brasil, como é dito em: “Muitas delas são peculiares, com variadas conotações, a *toda região meridional do território nacional*”.

Além disso, quando a descrição passa para o presente, os sujeitos que a falam são caracterizados indiretamente por uma região geográfica, como é visível em “continuam vigentes na região meridional do nosso estado”, ou por relação à profissões vinculadas à educação e/ou à língua, como se observa em “característica de um *cidadão bem educado*” e “nossos *linguistas, lexicógrafos* e, em geral, dos *mestres* que têm por sagrada missão a educação das gerações que lhe são confiadas”.

Feito esse movimento de análise sobre o prefácio, passemos à análise dos verbetes.

3.2. Os verbetes

Em seu texto intitulado *Lexicografia discursiva*, Eni Orlandi (2013) propõe ler os dicionários como discursos¹⁷, isto é, como textos produzidos em determinadas condições de produção e atravessados pelo funcionamento da memória discursiva. Nesse mesmo texto, a autora assinala que um processo ideológico próprio do dicionário é forjar o imaginário de completude da língua, a partir de dois procedimentos: a intertextualidade e a interdiscursividade. A intertextualidade se materializa na remissão de um verbe a outros verbetes, em uma espécie de circuito fechado, e a interdiscursividade se apresenta por meio da maneira pela qual a memória discursiva intervém na definição do verbe.

José Horta Nunes (1996), em sua tese de doutorado, expõe procedimentos analíticos que nos permitem ver mais de perto o atravessamento da memória discursiva em verbetes de dicionários. Para ele, inicialmente, é preciso montar inicialmente séries heterogêneas do ponto de vista lexicográfico, mas homogêneas do ponto de vista sintático. Depois, em uma segunda etapa, faz-se necessário observar as variações sintáticas mais recorrentes, para, por fim, em uma terceira e última etapa, realizar interpretações discursivas das regularidades sintáticas.

Ao analisarmos os verbetes de *Gíria cabocla do sul do Paraná*, levamos em conta que este é um vocabulário organizado pelo critério alfabético. De tal modo, com vistas a

¹⁷ Ainda sobre a leitura do dicionário como discurso, remetemos a Collinot e Mazière (1997).

melhor compreender a especificidade deste vocabulário, delimitamos nosso movimento de análise aos verbetes da letra M. Tal escolha buscou contemplar uma letra intermediária, em que haja uma quantidade razoável de verbetes. Precisamos que o vocabulário apresenta 106 entradas na letra M, as quais se caracterizam por serem palavras próprias do léxico regional. Ademais, não há indicação de classe gramatical das palavras ali reunidas e os poucos exemplos existentes parecem ser recolhidos do uso oral e/ou formulados pelo próprio autor¹⁸. Inicialmente, realizamos a leitura de todos os verbetes dessa letra e na sequência delimitamos duas séries de verbetes, a partir de regularidades sintáticas nas definições, que apresentamos a seguir:

Quadro 1. Regularidades sintáticas nas definições.

Regularidade 1: Definição sinonímica	Regularidade 2: Intertextualidade
MACANA – Velhaco; trampolíneiro; espertalhão; patife; pirata. MAGINAR – Imaginar. MALECHO – Ruim; mal. MALEVA – Malvado; perigoso; bandido; criminoso; malfeitor. MALUCO – Desequilibrado; atordoado. MANDINGA – Feitiçaria; malefício. MANDINGUEIRO – Feiticeiro. MANINGÜERA – Franzino; raquítico; enfezado. MARTELO DA BRABA – Trago de cachaça. V. braba. MECÊ – Você, Vossa senhoria. MEIADINHO – Meio; metade. MELÃOZINHO – Dinheiro. MEMÓRIA – Anel; aliança. MIGUÊ – Regras; menstruação. MILICO – Soldado; militar. MOCA – Café. MOLAMBENTO – Sujo; seboso; porcalhão. MOLOIDE – Fraco; covarde; preguiçoso; vadio. MUQUE – Força.	MACHETINHO – Viola pequena. O mesmo que pinho . MAMADO – Ébrio; bêbado. O mesmo que borracho, chumbeado, caixa d'água, funil, garganta, porrista, torrado, trepado . MARTELO – Trago de cachaça. O mesmo que codório, golpe, liso . MATA-BICHO – Cachaça; aperitivo. O mesmo que braba, milagrosa, parati, pinga, teimosa . MEXERICA – Laranja; mimosa. O mesmo que mixirica . MICO – Embriaguez; bebedeira. O mesmo que borracheira, camoeca, carraspana, ganso, mona, pileque, porre, quatiara . “Pegar o mico” significa embriagar-se. MILAGROSA – Aguardente; cachaça. O mesmo que braba, matabicho, parati, pinga, teimosa . MONA – Bebedeira; embriaguez. O mesmo que borracheira, camoeca, carraspana, ganso, mico, pileque, porre, quatiara . MULHERIO – O mesmo que mulherada .

Fonte: Adaptação minha a partir de Silva (1990, p. 38-40).

Na primeira regularidade, chamamos a atenção para a definição sinonímica. Ao lado da entrada, são colocados sinônimos, por meio dos quais se realiza a definição. Esse modo de definir é bastante comum no vocabulário e é utilizado para definir palavras de diferentes categorias gramaticais e de diferentes temáticas. Assim, é possível observar que palavras diversas que se referem desde qualidades dos seres humanos até objetos, passando por profissões e ações são definidas de uma mesma maneira.

¹⁸ MOITA – Estar quieto esperando a caça; calado, à espreita; estar na espera; na surdina; estar escondido: “O caboclo estava na **moita** e de **improviso** deu o golpe certo”; MORANGUINHO – Bicho de pé: “O compadre estava cheio de **moranguinhos**” (SILVA, 1990, p. 40).

Sinalizamos também que os sinônimos¹⁹ utilizados na definição das entradas são palavras mais “neutras”, isto é, mais conhecidas e faladas por uma parcela maior da população brasileira (MALECHO – Ruim; mal. MANDINGUEIRO – Feiticeiro. MARTELO DA BRABA – Trago de cachaça. V. braba. MELÃOZINHO – Dinheiro. MILICO – Soldado; militar. MOCA – Café. MUQUE – Força.). São palavras que não se fazem presentes como entradas no vocabulário, o que nos leva a concluir que seus sentidos não precisam ser explicitados, são conhecidos, óbvios, evidentes. Voltaremos a isso.

Na segunda regularidade, que por vezes acompanha a primeira, apresentam-se inicialmente sinônimos de fora da gíria cabocla e, na sequência, aponta-se para outras entradas no vocabulário que tem o mesmo significado, o que se dá após a expressão “o mesmo que”. Assim, apresentam-se sinônimos de dentro da gíria cabocla, isto é, diferentes maneiras de dizer o mesmo dentro da gíria cabocla. Temos aí o funcionamento da intertextualidade no interior do vocabulário.

Esse modo de definir que à primeira vista parece bastante simples deixa entrever uma certa diferença linguística. Assinalamos que a definição sinonímia é um mecanismo frequentemente utilizado em listas de palavras, glossários, vocabulários e dicionários bilíngues. Todavia, se no caso dos instrumentos linguísticos bilíngues temos a inserção de sinônimos de uma segunda língua que são o modo de definir um termo de uma primeira língua, no caso do vocabulário da *Gíria cabocla do sul do Paraná* os sinônimos são termos da língua nacional que não precisam ser definidos para o sujeito leitor, na medida em que há a evidência que a língua nacional é compartilhada por todos. Assumindo essa hipótese, teríamos então um funcionamento semelhante a uma espécie de tradução, que poderíamos descrever como: “na *gíria cabocla* se fala assim, enquanto na língua nacional se fala assado”. E ainda dessa mesma hipótese, o autor se colocaria como uma espécie de tradutor, um sujeito que circula entre o sul do Paraná e a capital, que entende a *gíria cabocla* e a língua nacional. Em suma, podemos dizer que as marcas da definição apontam para uma “língua partida” (PETRI; MEDEIROS, 2013).

Sobre isso, vale esboçar algumas considerações. No Brasil do século XIX, a questão da unidade da língua nacional se colocou em conjunto com a questão da

¹⁹ Ainda que lateralmente, precisamos que à medida que se coloca mais sinônimos para definir a entrada se realiza um deslocamento de sentidos. É o caso por exemplo de “MOLAMBENTO – Sujo; sebo; porcalhão” e “MOLOIDE – Fraco; covarde; preguiçoso; vadio”, em que temos, inicialmente, uma característica física (sujo/fraco) que se desloca para uma característica moral (porcalhão/vadio).

identidade nacional, justamente no momento da independência do Brasil em relação a Portugal. E essa questão se materializou em uma série de dicionários monolíngues produzidos no Brasil à época, que são analisados por Nunes (1996): dicionários de regionalismos (*Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), de Antonio Coruja), de complementos aos dicionários de língua portuguesa (*Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853), de Braz da Costa Rubim), de obras literárias (*Vocabulário pós-escrito de Diva* (1865), de José de Alencar), de termos técnicos (*Vocabulário dos termos técnicos de construção naval* (1888), de Antônio Alves Câmara) e de brasileirismos (*Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (1888), de Antônio Joaquim de Macedo Soares e *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889), de Visconde Beaurepaire-Rohan).

E estando garantida a unidade da língua nacional, no começo do século XX, desenvolve-se um processo de investigação sobre o regional, com vistas a complementar a língua nacional e afirmar a identidade brasileira. Nesse período, observa-se “uma forte participação sobre a língua” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 45), isto é, uma tentativa de distinção entre aquilo que seria próprio da unidade nacional e/ou da especificidade regional. Esse processo de investigação sobre o regional se materializa na publicação de diversas obras, tais como o *Glossário Paraense, ou Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó* (1905), de Vicente Chermont de Miranda; o *Vocabulário pernambucano* (1916/1937)²⁰, de Pereira da Costa; *O dialeto caipira* (1920), de Amadeu Amaral; *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922); e o *Vocabulário gaúcho* (1926), de Roque Callage. Acreditamos, portanto, que as marcas sintáticas de sinonímia dos verbetes da *Gíria cabocla do sul do Paraná* devem ser compreendidas dentro desse movimento entre o regional e o nacional.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos dar a conhecer o vocabulário regionalista *Gíria cabocla do sul do Paraná*, produzido por José Júlio Cleto da Silva. Para tanto, realizamos alguns gestos analíticos iniciais, sempre perseguindo a tese discursiva de que sujeitos, sentidos [linguagem] e espaço se constituem em um mesmo processo histórico. Agora, ressaltamos algumas compreensões que nos parecem as mais interessantes.

²⁰ De acordo com Nunes (2006), o *Vocabulário pernambucano* foi parcialmente publicado (até a letra B) em 1916, pela Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Ainda de acordo com Nunes (2006), o autor faleceu em 1923 e a primeira edição completa da obra deu-se somente em 1937.

A primeira delas diz respeito ao gesto de nomeação do vocabulário. Nomeá-lo como *Gíria cabocla do sul do Paraná* é tomar uma posição diante da questão dos limites que se desenrolava entre Paraná e Santa Catarina. Usar o ajunto adverbial de lugar é dizer que as terras em disputa eram parte do sul do Paraná, para não dizer que eram terras do planalto norte de Santa Catarina.

Outra tem a ver com o prefácio do vocabulário. Nele, os sentidos do que é nomeado como *Gíria cabocla do sul do Paraná* vão sendo construídos por meio de diversas referências. Para falar da língua, também se fala do espaço-tempo e dos sujeitos. E mesmo que se tente definir a unidade desses elementos, há algo que resiste à categorização. Trata-se da relação contraditória entre a língua imaginária e língua fluida, entre o tempo-espaço imaginário e o tempo-espaço fluido.

Uma última compreensão relaciona-se com os verbetes analisados. Esses são definidos por meio da definição sinonímica, o que nos evoca uma memória de dicionários bilíngues. Assim, o vocabulário analisado teria um funcionamento próximo a uma tradução da *gíria cabocla* para a língua nacional, e o autor assumiria uma posição de um tradutor que conhece a *gíria cabocla* e a língua nacional, que circula entre o sul do Paraná e a capital.

Finalmente, se insistimos que, do ponto de vista das áreas de Análise de Discurso e de Saber Urbano e Linguagem, sujeitos espaços e sentidos se constituem num mesmo movimento histórico e político, a análise que aqui realizamos tenta mostrar como essa tese pode ser produtiva para pensar a relação constitutiva do saber sobre a língua e sobre o espaço, tendo em vista também a identificação dos sujeitos com a língua e com o espaço. Assim, se desde as primeiras pesquisas em História das Ideias Linguísticas desenvolvidas se abordou a constituição dos sujeitos e dos sentidos nacionais, a ideia de incluir também o espaço introduz a constituição do espaço territorial nacional, bem como da identificação com ele. Isto é, se há sentidos para sujeitos e para línguas, o que dizemos é que há sentidos para sujeitos, para línguas e para espaços nacionais e, em nosso caso específico, regionais.

Referências

BARBOZA, G. G. *A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)*. 2017. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler : le dictionnaire*. Paris : PUF, 1997.

- FERRARINI, S. *Círculo de Estudos Bandeirantes documentado*. Curitiba: Champagnat, 2011.
- GARCIA, D. A. *A revista do IHGB e o saber linguístico: um gesto de documentação*. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto, 2011.
- GOHL, J. W. *O Real e o Imaginário: A Experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória – 1936 a 1950*. 2003. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
- HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LEMONS, M. A. *Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens*. 2019. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1996. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.
- NUNES, J. H. As palavras, o espaço e a língua: o vocabulário pernambucano. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 8, n. 16, p. 43-56, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- ORLANDI, E. P. Língua Imaginária e a Língua Fluida. In: ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009, p. 11-19.
- PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 3, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/VerliPetri.pdf>. Acessos em: 04/07/2023.
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46 p. 43-66, 2013.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Políticas públicas de *direito à língua e consenso etnocultural*: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010. p. 127-160.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (org.). *Análise de discurso no Brasil*. Pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011a. p. 243-258.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 53, n. 2, p. 197-217, 2011b.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de *civilização*: o ocidente como observatório das formas de vida social. *Fragmentum*, n. especial, p. 61-90, 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Relações entre língua, espaço e tecnologias: a Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil como artefato de leitura da cidade. In: DIAS, C. P.; COSTA, G. C. da; BARBAI, M. A. (org.). *Artefatos de Leitura*. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2020. p. 103-122.

SZESZ, C. M. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. 1997. 187 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

THIESSE, A-M. *La création des identités nationales. Europe, XVIIIe-XXe siècle*. Paris : Éditions du Seuil, 1999.

WESTPHALEN, C. *Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Chain & Banco do Estado do Paraná, 1991.

Fontes

FILIPAK, F. Glossário do vale do Iguaçu. In: FILIPAK, F.; SICURO, N. A. (orgs.). *Antologia do vale do Iguaçu*. União da Vitória: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, 1976. p. 1-31.

FILIPAK, F.; SICURO, N. A. (orgs.). *Antologia do vale do Iguaçu*. União da Vitória: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, 1976.

OLIVEIRA, A. L. Prefácio. In: SILVA, J. J. C. da. *Gíria cabocla do sul do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1990.

SILVA, J. J. C. da. *Gíria cabocla do sul do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1990.